



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E HABITAÇÃO
DIRECÇÃO-GERAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

CONSULTA PÚBLICA – Prestação do Serviço Móvel com Recursos Partilhados com sistema de Acesso por Divisão de Códigos (SMRP-CDMA)

Questão 1 – Início de prestação do SMRP com recurso ao CDMA

Na implementação de redes de operação utilizando novas tecnologias é compreensível e aceitável que se verifiquem atrasos, os quais advêm da necessidade de ultrapassar algumas questões técnicas. Tal facto sucedeu no passado com o GSM e mais recentemente com o UMTS, pelo que achamos que o caso do CDMA não deve ser tratado de forma distinta.

Por outro lado, a Europa e Portugal atravessam uma fase de claro abrandamento económico o que implica enfrentar maiores dificuldades nas áreas do investimento e, conseqüentemente, menor produção de equipamento, menor instalação de sites e obviamente menor comercialização de produtos e serviços, o que afecta negativamente todo o sector. Isto foi agravado pela instabilidade do mercado das comunicações, que não estimula a instalação de sistemas.

As conseqüências de uma solução menos conciliadora poderão ir muito para além das implicações directas para a Radiomóvel, pois poderá significar um sério revés para este tipo de serviço (SMRP), com conseqüências para diversas empresas e organismos de algum modo ligados aos transportes terrestres.

A questão da migração parece-nos uma questão paralela, já que a Radiomóvel se compromete a manter o serviço das redes actuais até ao lançamento comercial do sistema CDMA, e propôs mesmo a alguns clientes a migração sem custos para o utilizador (para os mesmos níveis de serviço).

Conclusão: Do ponto de vista da DGGT revela-se indispensável a aceitação do adiamento da data de início da exploração da tecnologia CDMA, salvo se a ANACOM conseguir dar garantias da não interrupção do serviço SMRP, o qual actualmente é prestado por dois operadores, que têm o mesmo accionista estrangeiro em comum.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E HABITAÇÃO
DIRECÇÃO-GERAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

Questão 2 – Implementação de infra-estruturas

Constata-se nos documentos que fazem parte integrante da presente Consulta Pública que a data da finalização do projecto não sofreu um atraso muito significativo em termos efectivos.

O mercado das telecomunicações em Portugal necessita de uma tecnologia que responda às carências específicas do sector profissional, e que simultaneamente acompanhe a par e passo as evoluções que se têm verificado nas restantes comunicações móveis. Por este motivo a introdução de um sistema tecnológico com o potencial do CDMA só pode resultar num enorme benefício, pese embora que o seu lançamento não decorra na data inicialmente anunciada.

A ANACOM deverá garantir, dentro das suas possibilidades, a existência de um serviço SMRP a nível Nacional, sendo este aspecto da maior importância na tomada de decisão sobre o futuro do CDMA em Portugal.

A evolução negativa do mercado do SMRP em Portugal não melhorará caso se lancem novas incertezas no mercado, o que provocará certamente um retrocesso no desenvolvimento do referido mercado e que poderá, em última instância, acarretar o desaparecimento dos operadores. No momento actual a falta de implementação do sistema no âmbito dos transportes públicos é fruto da falta de cobertura devido à inexistência de uma rede nacional SMRP.

Questão 3 - Interligação

Não nos parece que a noção de rede fechada seja hoje em dia aceitável pela maioria dos potenciais utilizadores de qualquer rede, independentemente da tecnologia usada. Por esse



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E HABITAÇÃO
DIRECÇÃO-GERAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

motivo, no caso específico do sector profissional, a interligação, tanto à rede móvel como à rede fixa, é essencial. Um sistema que não contemple essa facilidade não pode ser bem

sucedido pois não é aceitável que um utilizador tenha de transportar dois ou mais terminais para comunicar com as outras redes existentes.

Em nosso parecer, esta funcionalidade, mais do que se revelar uma vantagem para os utilizadores, deve ser uma exigência da ANACOM, para todas as redes públicas.

Questão 4 - Terminais

Segundo fomos informados, não existem terminais disponíveis com as funções desejadas para o mercado profissional a que esta rede se dirige.

Questão 5 – Tecnologias com funcionalidades PAMR

Dado que a tecnologia disponível para o mercado SMRP não apresenta o grau de satisfação desejada, no que concerne quer à cobertura quer à disponibilidade de serviços, é com grande satisfação que acolhemos a iniciativa de introdução no mercado de uma tecnologia com as funcionalidades requeridas pelo mercado SMRP, e com possibilidades tecnológicas que nenhum outro sistema possui ou anuncia. **Como tal, deve ser dada oportunidade a que esta tecnologia se implemente, apesar dos atrasos a que está sujeita, não criando obstáculos que permitam a outras tecnologias ou serviços que se venham a implementar com o objectivo de dar resposta a este mercado, mas que não possuam as bases de orientação profissional que esta tecnologia oferece.**

Questão 6 – Comentários adicionais



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E HABITAÇÃO
DIRECÇÃO-GERAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

No contexto nacional e internacional os transportes assumem uma importância cada vez maior, chamando-se a atenção para o papel fundamental atribuído aos ITS – Intelligent Transport Systems and Services.

Consideramos que, na decisão que a ANACOM vier a tomar, deverão ser acautelados os aspectos tecnológicos, de planeamento e outros do serviço SMRP mas, acima de tudo, deverá ser também garantir-se que a solução que vier a ser adoptada não comprometa a aplicação dos actuais sistemas já em funcionamento.

Assim, atendendo a que as duas licenças TETRA são detidas pelo mesmo accionista, a decisão que venha a ser tomada não deverá comprometer a continuidade deste operadores em Portugal, dado que ficaria em causa o funcionamento dos sistemas de apoio à exploração e de informação ao público dos principais operadores de transportes colectivos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, com graves consequências sobre os serviços prestados aos utentes. Isto para além da perda dos muitos milhões de euros investidos nos sistemas actuais, comparticipados, em parte substancial, pelo Estado.

Propõe-se, por isso, que, previamente a uma tomada de decisão pela ANACOM, se realize uma reunião com a participação dos operadores de transportes públicos envolvidos e da DGTT.